



CONSELHO GERAL

ATA N.º 6/2012

Reunião Ordinária do Conselho Geral

_____No dia dezassete de setembro de dois mil e doze, pelas onze horas e vinte minutos, reuniram-se na Sala do Conselho Científico da Reitoria da Universidade dos Açores os membros do Conselho Geral da Universidade dos Açores, por convocatória do seu Presidente, Doutor Ricardo Manuel Madruga da Costa, com a seguinte agenda:

1- Apresentação do parecer estatutário emitido pelos conselheiros externos sobre o Plano e Orçamento da Universidade dos Açores para o ano de 2013; 2- Apresentação, discussão e votação do Plano e Orçamento da Universidade dos Açores para o ano de 2013; 3- Atualização das informações da Reitoria sobre a evolução da situação económica e financeira da Universidade dos Açores; 4- Projeto de criação de uma associação para o desenvolvimento da investigação na Universidade dos Açores; 5- Problemática de uma política de comunicação na Universidade dos Açores; 6- Outros assuntos de interesse para a Universidade dos Açores. _____

_____Estiveram presentes os seguintes membros: os doutores Alfredo Emílio Silveira de Borba, Carlos Eduardo Pacheco Amaral, Carlos Fernando Mimoso Vouzela, Gilberta Margarida Pavão Nunes Rocha, Maria Gabriela Pereira da Silva Queiroz, Mário Alexandre Pousão da Costa Gata, Mário José Amaral Fortuna, Tomaz Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho, o estudante Luís Paulo Ramos Freitas, os Drs. Delmar António de Sousa Bizarro, Mário António da Mota Mesquita e Roberto Sousa Rocha Amaral. Estiveram igualmente presentes o Magnífico Reitor, o Vice-Reitor para a Área Administrativa, o Administrador da Universidade dos Açores e a Administradora dos Serviços de Ação Social. Não esteve presente o Dr. Francisco Luís de Sequeira Leal Sampaio da Nóvoa, que justificou a sua ausência antecipadamente. _____

_____Verificada a existência de quórum, o Presidente do Conselho Geral declarou aberta a sessão. _____

_____1. Antes de proceder à leitura da parte final do parecer emitido pelos membros externos, o Presidente do Conselho Geral explicou que se viu novamente confrontado perante uma situação que configurava mais um pedido de ratificação do orçamento do que propriamente de uma aprovação, uma vez que o mesmo já tinha sido entregue no Ministério. Informou ainda que, perante a não entrega dos orçamentos parcelares, por unidades orgânicas, solicitou ao Reitor um parecer jurídico, no sentido de saber se o Conselho Geral poderia votar o orçamento nas condições apresentadas, tendo verificado no referido parecer que a ausência dos assuntos não tratados não eram da responsabilidade da reitoria, mas sim da dificuldade em obterem das unidades orgânicas os dados que haviam solicitado para a elaboração dos respetivos orçamentos. Atendendo às circunstâncias atuais, os membros externos do Conselho Geral apresentaram o parecer que se encontra anexo à ata. _____



_____2. Sobre a apresentação do orçamento, o Magnífico Reitor informou que, para poderem elaborá-lo, tiveram de se sujeitar à verba atribuída, não tendo sido possível fazer o orçamento parcelar, porque algumas unidades orgânicas entregaram os dados num prazo já ultrapassado, outras simplesmente não entregaram, enquanto outras afirmaram não concordar com a fórmula aprovada em Conselho Geral. O Vice-Reitor acrescentou que este processo seguiu os mesmos procedimentos feitos nos anos anteriores, ou seja, o orçamento foi entregue dentro do prazo estipulado pelo próprio Ministério, devendo ser posteriormente ratificado pelo Conselho Geral._____

_____A senhora Administradora dos Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores informou que aqueles serviços apresentam um orçamento equilibrado (45% de receitas próprias; 55% do orçamento de estado), tendo, no entanto, apontado para algumas preocupações, concretamente ao nível de reparações que se tornam urgentes, quer na cantina, quer nas residências na Terceira._____

_____Aberto um período de debate, o Dr. Roberto Amaral considerou que o orçamento que se estava a aprovar não era o orçamento global da atividade da Universidade, tendo recomendado à reitoria que haja discussão entre reitoria/unidades orgânicas, pois a qualquer momento pode haver dificuldades em manter o pagamento na íntegra de vencimentos. Apelou ainda para a necessidade de se pensar em estratégias a tomar, caso tal venha a acontecer. Segundo afirmou, não vê necessidade de não aprovar o orçamento agora, acrescentado que seria altamente prejudicial se o não fizessem agora, pois tal poderia dar origem a eventual reação imprevisível por parte do Ministério em relação à Universidade._____

_____O Dr. Mário Mesquita, na qualidade de cossignatário do Parecer dos membros externos, reconhece que o esforço de argumentação desenvolvido nesse documento, com a sua cooperação, conduz a uma conclusão algo incoerente. Isso explica-se pela vontade de evitar que a Universidade se coloque numa situação indefensável perante o Ministério._____

_____Perante os constrangimentos existentes, a doutora Gilberta Rocha informou ter dificuldade em aceitar este orçamento, pois não admite que o Conselho Geral não possa funcionar por falta de cumprimento por parte das unidades orgânicas._____

_____Em relação à natureza do orçamento, o doutor Mário Fortuna afirmou que o documento apresentado não foi o orçamento global da Universidade, mas sim um orçamento de tesouraria, pois não inclui amortizações e a perceção de receitas, estando a faltar cumprir com o que está estipulado nos Estatutos quanto aos passos do planeamento da Universidade. Salientou ainda que, devido à metodologia aprovada no Conselho Geral, algumas unidades orgânicas poderão ter sido prejudicadas, tendo em conta que a revisão da base de dados dos Serviços Académicos não foi feita. Apesar de compreender a posição dos membros externos, não vê urgência em aprovar o orçamento, propondo que a votação do mesmo seja adiada, até que seja apresentado um novo orçamento que resolva as lacunas existentes no presente documento. Tendo em conta igualmente que o orçamento está errado logo à partida, informou que vai votar contra este orçamento se for colocado à votação no modo como foi apresentado._____



_____ Sobre as questões dos orçamentos departamentais, o doutor Mário Gata também sublinhou que o que foi sugerido não foi aplicado, nem foram atualizados os dados sobre o número de alunos. _____

_____ O doutor Carlos Amaral partilhou das preocupações dos conselheiros externos, dizendo não entender que o plano e o orçamento não estejam intimamente associados, que não procurem dar resposta às necessidades, que nos orçamentos departamentais se parta de cativações automáticas para solidariedade e serviços centrais e que serviços que são fundamentais para o funcionamento da universidade sejam postos em causa. Afirmou ainda não aceitar que unidades orgânicas não tenham apresentado os seus orçamentos. Não sendo perito na matéria, e tendo em conta que o orçamento geral já foi avançado para o Ministério, apesar de considerarem que o mesmo não está em condições de ser aprovado, concordou ser mais sensato promover com urgência a adoção de um plano que seja viabilizado por um orçamento realista, afirmando que só assim estará em condições de poder aprovar o plano e orçamento. Para finalizar, apresentou um protesto perante a decisão tomada pela reitoria em enviar o orçamento ao Ministério antes de ser aprovado pelo Conselho Geral. _____

_____ O doutor Carlos Vouzela mostrou a sua concordância com o que foi dito pelos restantes conselheiros, considerando lamentável que a reitoria não tenha respeitado o Conselho Geral, enviando o orçamento para o Ministério antes de ser aprovado por este órgão, e que a reitoria não tenha tomado qualquer atitude em relação às unidades orgânicas que não cumpriram com a entrega dos respetivos orçamentos. _____

_____ Segundo o doutor Tomaz Dentinho, o que está em causa não é só o orçamento ser curto e conter lacunas. É igualmente necessário e fundamental o exercício de pegar neste orçamento e saber como se vai cumprir, pois algumas atitudes a tomar devem passar pelo diálogo entre a reitoria e as unidades orgânicas. _____

_____ Na opinião do doutor Alfredo Borba, estar a votar a aprovação do orçamento não é imposição do Ministério, mas sim deste conselho e da própria reitoria que não entregou o orçamento com maior antecedência, tendo esclarecido que, se alguns dados não foram entregues, foi porque não houve resposta da Administração aos pedidos de esclarecimento feitos pelas unidades orgânicas, tendo referido o caso do seu departamento. Por fim, afirmou que o orçamento global apresentado não está em condições de ser aprovado, porque continuam a existir lacunas que ainda têm de ser retificadas. _____

_____ O Magnífico Reitor explicou que este orçamento está no Ministério e já consta na base de dados da DGO, não podendo ser alterado sempre que se queira. No entanto, salientou ainda haver espaço para diálogo entre a reitoria e as unidades orgânicas, para que possam apresentar mais tarde o que ficar decidido, tal como foi feito no ano anterior. _____

_____ O senhor Administrador esclareceu que este orçamento não desrespeita o que foi indicado e recomendado nos pareceres do Fiscal Único. Em relação à observação feita pelo doutor Alfredo Borba, sobre a falta de resposta da Administração, disse sentir-se tranquilo, pois teve conhecimento de haver inconsistência numa determinada unidade orgânica e quando isso acontece é preciso mexer nas restantes unidades orgânicas.



Quanto às contestações das unidades orgânicas, informou que houve duas que reclamaram, ou seja, Biologia e Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo.

Relativamente à decisão tomada pela reitoria em enviar o orçamento ao Ministério, antes de ser aprovado pelo Conselho Geral, o Presidente do Conselho Geral recordou que os prazos dados pelo Ministério para se submeter o orçamento são demasiado curtos, tendo recordado igualmente que este ano tentou convocar o Conselho para o efeito, mas não teve respostas suficientes que possibilitassem reunir o Conselho a tempo de aprovar o orçamento antes de ser enviado para o Ministério. Os doutores Carlos Amaral e Mário Fortuna reagiram, dizendo que seguramente parte do trabalho já deveria estar feito e que, mesmo provisório, deveria ter sido trazido com antecedência ao Conselho Geral, tendo o doutor Mário Fortuna acrescentado tratar-se de uma falsa questão, pois todos os anos se sabe em que altura se deve apresentar o orçamento e que em julho já existem condições para prepará-lo. Tendo em conta que houve procedimentos que não foram cumpridos, voltou a propor o adiamento da aprovação deste ponto.

Como subscritores do Parecer emitido pelos membros externos, os Drs. Mário Mesquita e Roberto Amaral informaram que não viam inconveniente em ser posta a votação a proposta do doutor Mário Fortuna.

Sendo posta à votação, a proposta apresentada pelo doutor Mário Fortuna, sobre o adiamento da discussão/aprovação do orçamento para 2012, foi aprovada por maioria, com onze votos a favor e duas abstenções.

3. Sobre a situação da Universidade dos Açores, o Magnífico Reitor informou que a Universidade não tem dívidas com prazos superiores a noventa dias, prevendo-se que, até ao final de setembro, possam liquidar os compromissos relativos a dois mil e onze, bem como resolver a situação dos contratados à hora letiva, sendo que esta última situação só será possível com recurso à receita extraordinária proveniente do reembolso do proconvergência. Embora reconhecendo que a situação não é a mais desejável, acrescentou que é necessário acabar com os excessos cometidos no passado. Em relação ao pessoal do quadro, informou que não pode simplesmente dispensar as pessoas, alegando que existem outras mais novas com mais capacidades. Concretamente no que diz respeito aos cursos, salientou que uma das preocupações da reitoria é a reestruturação dos mesmos, bem como a revisão da sua oferta letiva, tendo alertado para a existência de uma nova fórmula em que os cursos com menos de vinte alunos não são financiados. Quanto aos cursos que se encontram parados, informou que poderão eventualmente existir alguns nesta situação, mas que a maioria já se encontra em funcionamento. Por fim, referiu que todas as outras universidades também estão a adotar medidas para ultrapassar esta crise, embora com a vantagem de terem saldos, o que não acontece na Universidade dos Açores.

No seguimento da intervenção do Magnífico Reitor, o Vice-Reitor acrescentou que, em termos financeiros, a grande dificuldade da Universidade é ao nível do pessoal, pois trata-se de uma situação que se veio acumulando ao longo de muitos anos e que muito dificilmente conseguirá ser ultrapassada se não houver cobertura



financeira para suportar as despesas com todo o pessoal, daí a necessidade de uma reestruturação a este nível. Em relação ao futuro, referiu que o que se pretende é liquidar o défice existente, havendo necessidade de se fazer um ajustamento muito significativo.

Com base nas estimativas enviadas pelas unidades orgânicas, o senhor Administrador esclareceu que existe um desvio abaixo do que estava orçamentado em relação às propinas e aos *overheads*, não contemplando o valor acrescido por via do novo regulamento das propinas.

Aberto um período de intervenções, o doutor Mário Fortuna informou que o Departamento de Economia e Gestão tem cerca de cento e cinquenta mil euros em pagamentos pendentes, por não conseguirem ser cabimentados devido à Lei dos Compromissos, tendo interrogado o Magnífico Reitor se nesta estimativa de dívida estão contabilizados os encargos com o empréstimo até ao final do ano. Como forma de prevenção para o próximo ano, apontou igualmente para a necessidade de se saber onde estão as fontes de desvio e o que gerou o défice projetado até ao final do ano. Sobre a distribuição de serviço, referiu a existência de um vício de interpretação sobre a forma como a mesma é gerida, devendo ser feita uma triagem pela reitoria. Tratando-se de um processo meramente administrativo, é de opinião de que o que chega ao Conselho Científico já deveria estar, na perspetiva administrativa, verificado pela Reitoria. Salientou ainda que o problema não está no ensino, mas sim na eficiência com que se ensina e em outras questões de gestão financeira. Para se ter um panorama completo da situação financeira real da Universidade, referiu ser preciso pedir às unidades orgânicas dados concretos sobre os pedidos pendentes.

O doutor Tomaz Dentinho disse ter dúvidas quanto ao tipo de estratégia utilizado ao longo do ano, afirmando que o mesmo não é funcional porque está a destruir a Universidade, sendo necessário tomar uma atitude diferente. Afirmou ainda que as dívidas mencionadas pelo Magnífico Reitor não contemplam os compromissos com os projetos financiados para a investigação e que é preciso não esquecer que a Universidade também funciona com *overheads* dos projetos. Embora reconheça que a situação do país não é a melhor, disse não perceber o porquê de a Universidade dos Açores se limitar a efetuar cortes ou a limitar a investigação, quando as outras instituições estão a resolver a situação. Quanto à distribuição de serviço docente, recordou que a reitoria não fez nada sobre o assunto, nem houve nenhuma coordenação/orientação para racionalizar a distribuição de serviço, no sentido de se mudar a regra existente. Acrescentou ainda que a atitude de racionalização é correta, mas não vê necessidade de se mandar gente para a rua, devendo-se aproveitar os recursos existentes para novas iniciativas, em vez de as boicotarem.

Segundo afirmou o doutor Carlos Amaral, a situação é séria e a degradação da Universidade já está para além de preocupante, quer ao nível da docência, quer ao nível da investigação. Recordou que as unidades de investigação estão a ser encerradas e alguns gabinetes/serviços estão a ser delapidados; ao nível dos professores convidados/contratados, estão a atingir um ponto em que docentes convidados não estão a ser pagos, cursos inteiros que ainda estão por funcionar, apesar de as aulas já terem



começado, o que se torna uma situação catastrófica para a instituição. Considerando que é a reputação da Universidade que está em jogo, apelou para a urgência da adoção de uma estratégia que permita salvaguardar a idoneidade da própria instituição e do cumprimento da sua missão, sendo importante identificar os problemas, mas com vista à adoção de soluções para os mesmos. Sobre a intervenção do Vice-Reitor, afirmou ter dificuldade em saber, dos compromissos já assumidos, quais os que irá poder cumprir e quais as perspectivas para a normalização do ano letivo em curso. Em relação aos cursos com menos de 20 alunos sem financiamento, perguntou qual a atitude da reitoria quanto aos cursos que não têm 20 alunos. Por fim, recordou que o recurso a pessoal externo se deve à inexistência de pessoal docente adequado para a lecionação e se se proceder à amputação do corpo docente contratado, a situação torna-se fatal.

O doutor Mário Gata chamou a atenção para a necessidade e importância de se saber se a Universidade está mal em relação ao número de docentes, face ao número de alunos, pois, para além do critério financeiro existem outros motivos que se poderiam argumentar.

O doutor Alfredo Borba pediu um esclarecimento ao Vice-Reitor, no sentido de saber se as contratações à hora letiva estão sujeitas a um contrato e se, acabando com os contratos e recibos verdes, qual a perspectiva para solucionar estes problemas, ao que o Vice-Reitor respondeu que, segundo informação do Ministério das Finanças, os recibos verdes acabaram.

Ainda sobre a questão dos recursos humanos, a doutora Gilberta Rocha pretendeu saber se, face às necessidades existentes, foi feito algum estudo numa perspectiva de um desenvolvimento futuro, ou seja, se existe algum estudo sobre o excesso, se este excesso diz respeito à parte administrativa ou à parte da docência, se há possibilidades de afetação, etc., para que, de facto, se possa dizer que existe ou não possibilidade de estes recursos humanos gerarem dinheiro. O Presidente do Conselho Geral também mostrou a sua estranheza ao afirmarem a existência de pessoal a mais, dizendo que tal implicaria um estudo mais profundo sobre a situação real da Universidade, tendo o Vice-Reitor respondido que, em relação ao quadro de pessoal da Universidade, ainda não foi feito nenhum estudo neste sentido, tendo justificado que existem outros órgãos na casa, como o Conselho Científico, que têm mais conhecimento do assunto do que a própria Reitoria.

4. Na sequência da proposta apresentada pelo Magnífico Reitor sobre a criação de uma associação para o desenvolvimento da investigação na Universidade dos Açores, o Presidente do Conselho Geral explicou que, apesar de ter colocado este ponto na agenda, considera não haver condições para que este assunto seja discutido com profundidade, por que os dados apresentados não se encontravam devidamente completos e por não ter havido tempo para estudarem com a devida atenção os estatutos apresentados.

O Magnífico Reitor explicou que esta proposta veio no seguimento da indefinição em relação à situação da Fundação Gaspar Frutuoso. Tendo em conta as informações que circulam, sobre a extinção de várias Fundações, entre as quais duas dos Açores, e não tendo sido indicado se a Fundação Gaspar Frutuoso seria uma delas,



houve necessidade urgente de se criar uma alternativa, criando uma associação para o efeito, com o intuito de se salvaguardar a vertente da investigação. Para além do problema da possível extinção da Fundação, alertou ainda para uma alteração que foi criada nos estatutos das Fundações que obriga a que estas também fiquem sujeitas à Lei dos Compromissos. A urgência do assunto deve-se ao facto de a qualquer momento se correr o risco de se ser notificado do fecho da Fundação Gaspar Frutuoso. _____

_____ Sobre o possível encerramento da Fundação, o Dr. Roberto Amaral informou que a criação de uma associação, que também é pública, pode não ser a solução, pois também vai ser sujeita às mesmas limitações, tendo recordado que, em reuniões anteriores, já foi solicitado uma simulação face aos projetos que estão em curso na Universidade e como irão funcionar se passassem para a Fundação. _____

_____ Sobre a lei das Fundações, o Dr. Mário Mesquita recordou que se trata de um assunto que tem sido alvo de grande controvérsia e que ainda está muito indefinido. _____

_____ Segundo o doutor Tomaz Dentinho, em relação à investigação, ou se tem um modelo todo integrado na Universidade, com as mesmas regras, ou então continua-se com um sistema relativamente injusto. Face ao modelo futuro, recordou que estão a criar uma estrutura semelhante à que existe no Instituto Superior Técnico, ou seja, uma associação substituta da Fundação. Chamou igualmente a atenção para uma proposta que já havia apresentado e que só irá ser discutida em próxima reunião, uma vez que a mesma só foi enviada ao Presidente do Conselho Geral no sábado anterior à data da reunião. _____

_____ Segundo o doutor Alfredo Borba esta proposta não resolve o problema do encerramento da Fundação, pois requer um tratamento mais moroso, havendo necessidade de definir se se trata de uma associação de utilidade pública e de saber quem irá gerir os *overheads* desta associação. _____

_____ Independentemente do futuro da associação, o Presidente do Conselho Geral alertou o Magnífico Reitor para a necessidade de os respetivos estatutos contemplarem igualmente as humanidades, o que não parece claro no articulado. _____

_____ Na opinião do doutor Mário Fortuna é preciso ter consciência do que se pretende fazer, pois desviar atividades da Universidade para organismos desta natureza, só irá contribuir para a desorçamentação da Universidade. Segundo afirmou, enquanto o orçamento da Universidade não ficar completamente resolvido, não se deve concentrar projetos nos organismos paralelos, mas sim ponderar os equilíbrios dentro da própria instituição. _____

_____ Na opinião do doutor Carlos Amaral, o exercício de reflexão sobre a criação de uma associação deve ser acompanhado em simultâneo de um exercício com regras, em termos de *overheads*, tendo em conta o funcionamento da investigação e o contributo da investigação para o desenvolvimento da Universidade. _____

_____ Segundo a doutora Gilberta Rocha, este assunto deveria ser ponderado numa ótica financeira, na medida em que criar uma associação pode dar origem a que se faça concorrência com a própria Universidade e com o que se cria nos próprios departamentos, pois se passarem a estar integrados numa associação deixarão de pertencer aos departamentos. _____



_____ Em relação à Fundação Gaspar Frutuoso, o Magnífico Reitor esclareceu que os *overheads* cobrados pela Fundação sempre foram transferidos para a Universidade no final do ano, quando apresentavam saldo positivo. _____

_____ 5. O Presidente do Conselho Geral explicou que o ponto 5. da agenda vem na sequência de uma entrevista concedida pelo doutor Armindo Rodrigues ao Açoriano Oriental, onde são feitas observações sobre a revisão dos estatutos da Universidade e sobre o Conselho Geral. Perante tal situação, e considerando que o próprio Conselho Geral foi visado, o Presidente do Conselho Geral questionou o Reitor, no sentido de saber se existe alguma posição, por parte da Reitoria, em relação a estas situações. _____

_____ A doutora Gilberta Rocha também questionou se o assunto se aplicava igualmente aos membros do Conselho Geral, afirmando que, no âmbito das competências deste órgão, deveria haver uma política de comunicação e equidade no tratamento dos assuntos. _____

_____ Segundo o doutor Carlos Amaral torna-se urgente que a reitoria adote uma política de comunicação, com contenção e bom senso, que evite uma publicidade negativa e se dê uma imagem denegrida da Universidade. _____

_____ O doutor Tomaz Dentinho considerou estranho que alguém que faz parte de uma equipa fale mal de um órgão, quando a responsabilidade é da própria equipa a que pertence. _____

_____ O Magnífico Reitor recordou que no plano estratégico indicava a intenção da criação de uma Pró-Reitoria para a Comunicação e Imagem, não tendo sido possível avançar com a ideia. No caso concreto, esclareceu que o doutor Armindo Rodrigues foi contactado para dar uma entrevista, que contemplava várias questões, tendo concordado que, na altura da entrevista, este deveria ter respondido apenas na qualidade de docente e não propriamente como Pró-Reitor. _____

_____ 6. No ponto destinado a outros assuntos de interesse para a Universidade, o doutor Carlos Amaral recomendou que a reitoria acionasse, com a brevidade possível, os mecanismos necessários para colocar em funcionamento os cursos que estão parados, assegurando que, dentro de uma semana, todas as unidades orgânicas que tenham docentes contratados à hora letiva, consigam assegurar as suas atividades letivas. _____

_____ Sobre a questão levantada pelo doutor Mário Fortuna, acerca da disponibilidade de fundos para a contratação de docentes, o Vice-Reitor respondeu que a situação ainda não está resolvida e que, no momento, só conseguiram disponibilizar fundos para a realização da reunião do Conselho Geral. Quanto às contratações dos docentes à hora letiva, explicou que não se trata de contratações, mas sim de uma prestação de serviços. _____

_____ Sobre o assunto, o Dr. Roberto Amaral e o doutor Carlos Amaral alertaram para a urgência do assunto, alegando tratar-se de um matéria demasiado séria, na medida em que os alunos têm direito a cumprir com os seus planos curriculares. _____

_____ O Magnífico Reitor esclareceu que, de acordo com um despacho do Ministério recebido a doze de setembro, a contratação de docentes à hora letiva tem de diminuir gradualmente, devido às restrições financeiras, havendo necessidade de se ir adaptando às circunstâncias e às alterações. _____



_____ Em relação á questão dos cursos, o doutor Alfredo Borba alertou para a necessidade de uma reestruturação geral dos cursos, tendo o doutor Carlos Amaral afirmado que o que é necessário não é uma reestruturação, mas sim uma revisão geral. _____

_____ Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por suspensa a reunião às dezoito horas e quarenta minutos, devendo a mesma ser retomada no dia doze de outubro, pelas onze horas, para discussão do ponto 4. da agenda. _____

_____ No dia doze de outubro de dois mil e doze, pelas onze horas e dez minutos, os membros do Conselho Geral da Universidade dos Açores voltaram a reunir-se para retomar os trabalhos da reunião suspensa no dia 17 de Setembro, com vista à apresentação, discussão e votação do Plano e Orçamento para 2103. Para além deste ponto da agenda, foram igualmente agendados os seguintes pontos: 1- Informação sobre a correspondência recebida após a data da última reunião; 2- Proposta de criação de uma associação para a ciência e desenvolvimento (ACDA); 3- Situação anómala sobre a cobrança de propinas de anos vencidos e proposta de recomendação a apresentar pelo conselheiro Luís Freitas; 4- Análise das contas da Fundação Gaspar Frutuoso e proposta de resolução apresentada pelo conselheiro doutor Mário Fortuna; 5- Constituição de uma sociedade unipessoal (SAGU). Segundo indicação do Presidente do Conselho Geral, os pontos 3. 4. e 5. foram agendados condicionalmente, devendo ser discutidos no caso de 2/3 dos membros do Conselho Geral votarem favoravelmente, por considerarem haver urgência no tratamento destes assuntos. _____

_____ Estiveram presentes os seguintes membros: doutores Alfredo Emílio Silveira de Borba, Carlos Eduardo Pacheco Amaral, Carlos Fernando Mimoso Vouzela, Gilberta Margarida Pavão Nunes Rocha, Maria Gabriela Pereira da Silva Queiroz, Mário Alexandre Pousão da Costa Gata, Mário José Amaral Fortuna, Tomaz Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho, o estudante Luís Paulo Ramos Freitas, que só compareceu no período da tarde, tendo justificado a ausência do período da manhã, e os Drs. Delmar António de Sousa Bizarro, Francisco Luís de Sequeira Leal Sampaio da Nóvoa e Roberto Sousa Rocha Amaral, que se ausentou no período após o almoço, tendo justificado a sua ausência. Estiveram igualmente presentes o Magnífico Reitor, o Vice-Reitor para a Área Administrativa e o Administrador da Universidade dos Açores. Não esteve presente o Dr. Mário António da Mota Mesquita, que justificou a sua ausência antecipadamente. _____

_____ Verificada a existência de quórum, o Presidente do Conselho Geral declarou aberta a sessão, dando a conhecer aos presentes alguma da correspondência recebida após a data da última reunião. Para além de alguns convites para participar em estudos sobre o ensino superior em Portugal e sobre o papel dos Conselhos Gerais das Universidades, o Presidente do Conselho Geral informou ter recebido do Departamento de Biologia uma deliberação do respetivo Conselho de Departamento, contestando a fórmula aprovada em Conselho Geral e solicitando que esta seja alterada, por terem considerado inadequado e impraticável o orçamento que estão impondo. _____

_____ O Magnífico Reitor esclareceu que esta situação só surgiu depois da reunião tida entre a reitoria e os departamentos e que, nas reuniões tidas anteriormente com os departamentos, estes foram alertados para os critérios que iriam ser utilizados. _____



_____ Segundo o doutor Mário Fortuna, estas situações seriam evitáveis se houvesse reuniões /esclarecimentos com as unidades orgânicas, para informarem e esclarecerem sobre as metodologias utilizadas, pois têm sido feitas alterações significativas no Conselho Geral. Da mesma opinião se mostrou o doutor Tomaz Dentinho, tendo no entanto questionado qual a função do Conselho Geral, se se confirmar que os orçamentos não foram aprovados pelos próprios departamentos. _____

_____ O doutor Carlos Amaral pediu igualmente um esclarecimento, no sentido de saber se as propostas dos departamentos apresentadas ao Conselho Geral foram aprovadas em sede dos respetivos departamentos ou se são propostas individuais, pois, segundo os Estatutos, os orçamentos são da responsabilidade das unidades orgânicas. _____

_____ Quanto às reuniões tidas com os departamentos e a reitoria, o doutor Alfredo Borba esclareceu que, no que diz respeito ao seu departamento, após a reunião com a reitoria, não houve tempo para que o conselho de departamento se reunisse. Quanto à fórmula de distribuição das verbas por departamentos, considerou que a fórmula apresentada não deveria ter sido aprovada com uma maioria tão limitada como a que se verificou, ao que o doutor Mário Gata respondeu que o ponto de partida da fórmula é aproximar o critério do Ministério para cada unidade orgânica. _____

_____ Retomando a discussão e aprovação do ponto 4., que tinha sido suspenso por falta de dados concretos que permitissem a aprovação do orçamento para 2013, o Magnífico Reitor informou que todas as unidades orgânicas responderam de uma maneira ou outra, à exceção do Departamento de Biologia, que respondeu tardiamente, o que impossibilitou que o seu orçamento fosse incluído no orçamento parcelar. O senhor Administrador acrescentou que o orçamento foi elaborado com base nas indicações dadas pelo Conselho Geral e nos dados enviados pelas unidades orgânicas, tendo chamado a atenção para a situação de três unidades orgânicas que não conseguiram enviar o seu orçamento equilibrado, devido à metodologia utilizada. Chamou igualmente a atenção para uma unidade orgânica que apresentou um orçamento superavitário, apesar de receber coesão, o que poderá dar origem a que este ano não precise de receber coesão. Respondendo ao doutor Carlos Amaral, informou que houve unidades orgânicas que não tiveram oportunidade de reunir os conselhos de departamento, para aprovação dos seus orçamentos, enquanto outros conseguiram. No que toca ao Departamento de Biologia, salientou que o orçamento daquele departamento foi elaborado pela Administração e não pelo departamento, devido ao atraso no envio dos dados por parte do departamento. Para finalizar, propôs que o saldo das unidades orgânicas que estão a ser superavitárias fosse distribuído pelas unidades orgânicas mais necessitadas. _____

_____ Sobre o saldo referido pelo senhor Administrador, o doutor Tomaz Dentinho pretendeu saber se este saldo tem a ver com projetos, alertando para o cuidado que se deve ter com os saldos relacionados com os projetos, por estarem dependentes dos compromissos assumidos com as entidades financiadoras. Em relação à docência, considerou que este ajustamento tem de ser feito pela reitoria, em conjunto com as unidades orgânicas; quanto aos projetos, se existem equipas de investigação que estão montadas, há que garantir o pagamento destas pessoas, para que os projetos possam ter



continuidade e possam cumprir com os seus compromissos; no caso dos projetos plurianuais, é preciso pedir aos responsáveis dos projetos indicação sobre o que pretendem fazer com os saldos dos projetos no final de cada ano._____

_____ Ainda sobre as propostas dos orçamentos dos departamentos, o doutor Carlos Amaral referiu que se encontram num contexto de irregularidade, sendo necessário dar tempo suficiente aos departamentos para que procedam à elaboração dos seus orçamentos e possam aprová-los nos respetivos conselhos de departamento. Quanto aos projetos, referiu ainda que na receita se deve identificar apenas o *overhead* e não o financiamento total do projeto. Para finalizar, afirmou que o problema da Universidade não é apenas um problema de subfinanciamento, é também um problema de insistir na não redução de despesa, de afetação deficiente de recursos humanos e de incapacidade da instituição de se racionalizar._____

_____ Em relação ao Departamento de Matemática, o doutor Mário Gata recordou que já tinha previsto, há cerca de dois anos, um determinado número de alunos que foi sobrevalorizado, tendo o cálculo sido feito com base nos valores desta previsão, lembrando que existem meios para se saber qual o número real de alunos, com base nos dados dos Serviços Académicos. Sobre o assunto, o Magnífico Reitor respondeu que o cálculo do Ministério é feito com base no ano anterior, tendo o doutor Mário Gata contestado, dizendo que o orçamento não deve ser feito com base na estimativa dos anos anteriores, mas sim em valores reais._____

_____ No que diz respeito à política dos *overheads*, o doutor Alfredo Borba recordou que o essencial e o ponto fraco do orçamento é a indefinição de *overheads* dos projetos de investigação e a sua afetação às unidades orgânicas que os geram, caso contrário trata-se de um exercício virtual, tendo prevenido que, se retirarem a investigação a um departamento, a situação ficará muito complicada, sobretudo para os departamentos que têm muitos projetos._____

_____ O senhor Administrador explicou que o que está em causa é a prática e a teoria utilizada até agora, pois não se esperava que se viessem a verificar os resultados agora apresentados. Em resposta ao doutor Tomaz Dentinho esclareceu que os saldos referidos têm a ver com a questão da investigação, tendo o doutor Tomaz Dentinho respondido que os projetos não geram só receita, também têm despesas que são os custos reais do projeto, devendo ser feita uma correção na fórmula, no sentido de se encontrar o acerto do lado da despesa._____

_____ O Vice-Reitor explicou que, no processo de elaboração do orçamento, foram introduzidas algumas melhorias, mas que ainda existem falhas que carecem de regulamentação. Segundo afirmou, este processo deveria ter começado muito mais cedo, pois é praticamente impossível conseguir ter orçamento da Universidade em consonância com o orçamento do estado, devido à proximidade em que se procede à discussão do orçamento e ao prazo que é dado pelo Ministério. Em relação aos projetos e saldos, admitiu que a Universidade está subfinanciada e que muitos projetos não estão a ser prosseguidos normalmente, o que poderá significar que no final do ano tenham de devolver parte da verba de projetos que não foi utilizada. Quanto aos projetos plurianuais, informou que a Lei dos Compromissos obriga a que a verba tenha que ser



executada naquele ano, daí a necessidade de se fazer uma previsão do que se deve gastar durante um determinado ano. Apesar de concordar que a verba dos projetos deve ser dos projetos, chama no entanto a atenção para o facto de a Universidade dos Açores necessitar de mais receita, para evitar o acumular de défice existente, daí os projetos terem de ficar para segundo plano, pois a Universidade não pode falhar com o pagamento dos salários.

Na opinião do Dr. Roberto Amaral, a questão dos projetos poderia ser resolvida se passassem para a Fundação Gaspar Frutuoso, pois esta tem mais facilidade em justificar as despesas e gerir o conjunto de receitas, inclusivamente com os *overheads*. Por outro lado, quanto aos orçamentos pelas unidades orgânicas, considerou que o que aqui está apresentado é uma reserva oculta, porque não representa o que foi apresentado ao Ministério.

Em relação à Fundação Gaspar Frutuoso, o Presidente do Conselho Geral perguntou se a situação dos projetos fica resolvida ou se a Lei dos Compromissos também vai complicar o seu desempenho e se vai acontecer o mesmo que acontece na Universidade, tendo o Vice-Reitor respondido que a Lei dos Compromissos só afeta a Universidade, devido às dívidas existentes do passado.

O senhor Administrador explicou que a diferença entre o orçamento global e os parcelares prende-se com a investigação e com os dados enviados pelos departamentos, não estando incluídos os projetos que não estão a ser geridos pela reitoria. Explicou ainda que a Administração faz estimativas com base nos dados existentes na Administração, tendo lembrado que o orçamento da Universidade está estruturado por fontes de financiamento e que tem um problema acrescido, não só devido ao corte de financiamento, mas também à questão do empréstimo. Informou ainda que, segundo informação dada pelo Ministério, não podem cortar mais no funcionamento, significando com isso que a alternativa será a redução dos contratos do pessoal com contrato a termo (ex. assistentes convidados), com consequências dramáticas para a docência.

Perante os dados apresentados, o doutor Mário Fortuna declarou que este orçamento não está em condições de ser aprovado novamente, pois, pelo que foi dito, alguns processos falharam e continuam a existir incongruências, acrescentando que, não sendo aprovado agora, haverá tempo para se efetuar as alterações devidas, tendo proposto que se suspendesse a reunião.

A doutora Gilberta Rocha apelou para o cumprimento no funcionamento deste órgão, dizendo que o Presidente do Conselho Geral deveria ter colocado a proposta para aprovação, pois existe uma proposta e um orçamento, e que, havendo novas propostas, as mesmas deveriam ter sido igualmente apresentadas.

O doutor Carlos Amaral voltou a intervir, dizendo que, na sua perspetiva, só faz sentido votar a proposta da reitoria num segundo momento, depois de se aprovar o orçamento, ou seja, só faz sentido delegar na reitoria o acerto, depois de o Conselho Geral ter aprovado a proposta de orçamento. Pelas razões que apresentou no debate, considerou que a proposta não está em condições de ser aprovada, pelas irregularidades que apresenta, pelos desajustamentos entre os orçamentos e os planos, pelas incógnitas



que permanecem em verbas de projetos, e por não apresentar passos no sentido da consolidação/reorganização/viabilização. _____

_____ Antes de se proceder à votação, o doutor Tomaz Dentinho propôs que, durante a hora do almoço, os acertos fossem feitos pela reitoria, tendo o senhor Administrador respondido que tal seria impossível. _____

_____ Tendo-se procedido à votação da proposta da Reitoria, no sentido de se estabelecer as correções necessárias, a proposta foi aprovada por maioria, com seis votos a favor, quatro votos contra e uma abstenção. _____

_____ O doutor Carlos Amaral apresentou uma declaração de voto, dizendo que não votou por não lhe terem sido dados os esclarecimentos pretendidos. _____

_____ Em seguida, procedeu-se à votação do orçamento, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com sete votos a favor e cinco votos contra. _____

_____ O doutor Mário Fortuna apresentou a seguinte declaração de voto: “Voto contra o orçamento por considerar que este continua a não estar em condições de ser votado, devido às incongruências entre os orçamentos parcelares e o geral e devido ao facto de persistirem dúvidas admitidas quanto à sua adequação à realidade. Entendo que o processo seria melhor concluído com mais uma iteração no sentido da correção de lacunas significativas que comprometem a sua exequibilidade.” _____

_____ O Dr. Roberto Amaral referiu que a sua declaração de voto é a que consta no parecer dado pelos conselheiros externos na reunião de dezassete de setembro. _____

_____ Foram igualmente apresentadas declarações de voto dos seguintes conselheiros: doutores Carlos Amaral, Carlos Vouzela, Alfredo Borba e Mário Gata. As declarações ficarão apenas à ata. _____

_____ O Presidente do Conselho Geral, declarando que havia suspeitado que pudesse ocorrer uma situação de contestação à proposta orçamental, entendeu apresentar uma declaração de voto sobre a visão que tem do funcionamento do Conselho Geral no que toca em particular a esta questão, tendo-a lido na íntegra e cuja copia ficará apenas à ata. _____

_____ Em reação à declaração de voto apresentada pelo Presidente do Conselho Geral, o doutor Mário Fortuna reagiu negativamente, dizendo que um texto desta natureza deve ser seguido de um pedido de demissão por parte do Presidente do Conselho Geral. Por outro lado, a doutora Gilberta Rocha e o doutor Carlos Amaral congratularam o Presidente do Conselho Geral, não só por ter tido a coragem de apresentar a sua posição, mas também porque aponta para aspetos considerados de maior importância. _____

_____ De seguida, foi submetida à votação a deliberação do Conselho Geral n.º 2/2012, nos seguintes termos: _____

_____ "O Conselho Geral da Universidade dos Açores aprovou, com sete votos a favor e cinco votos contra, o Plano e Orçamento da Universidade dos Açores para 2012.

_____ Para efeitos de execução imediata, esta deliberação foi aprovada por unanimidade." _____

_____ Em relação à proposta de criação de uma Sociedade, apresentada pela reitoria, caso procedessem ao encerramento da Fundação, o Presidente do Conselho Geral



informou que a proposta foi retirada pelo Magnífico Reitor, por já não haver motivos para a sua criação, uma vez que a Fundação Gaspar Frutuoso não vai ser encerrada._____

_____Relativamente à proposta apresentada pelo doutor Tomaz Dentinho, sobre a criação de uma associação para o desenvolvimento da investigação na Universidade dos Açores, o doutor Mário Fortuna perguntou se a criação deste tipo de associação não deveria ser remetida em primeira instância à reitoria e só depois ao Conselho Geral, tendo o doutor Tomaz Dentinho explicado que o que está em causa é uma proposta que complementava a que a reitoria tinha apresentado e que foi retirada. Segundo afirmou, faz todo o sentido trazer esta proposta ao Conselho Geral, porque se trata de uma preocupação do Departamento de Ciências Agrárias, em relação a um apoio mais direto aos projetos de investigação, tendo estranhado que esta proposta, que foi enviada à reitoria há mais de um ano, nunca tenha sido remetida ao Conselho Geral e que agora a reitoria tenha apresentado uma proposta semelhante._____

_____O Presidente do Conselho Geral esclareceu que esta proposta chegou ao Conselho Geral sem qualquer fundamentação ou indicação de objetivos, não vendo nesta proposta qualquer referência à Universidade dos Açores, não fazendo sentido proceder à sua discussão no âmbito do Conselho Geral._____

_____Segundo a doutor Gilberta Rocha não faz sentido qualquer discussão sobre o assunto, na medida em que a proposta do doutor Tomaz Dentinho surge como complemento de uma proposta que já não existe._____

_____O doutor Alfredo Borba informou que, há alguns meses, o conselho de departamento do DCA aprovou a criação de uma associação que envolve a Universidade, tendo acrescentado que, se a proposta agora apresentada se refere apenas a docentes, também concorda que não faz sentido ser aprovada._____

_____Tendo em conta que esteve ligado à elaboração do parecer jurídico sobre a criação desta associação, que foi chumbado, o Dr. Delmar Bizarro chamou a atenção para a necessidade e sensatez na criação deste tipo de associação e para o cuidado que os docentes devem ter quando se ligam a outras instituições, pois estão sujeitos às mesmas regras dos outros funcionários e, dependendo da situação, ligar-se a outras instituições através de projetos pode ser considerado ilegal._____

_____Sendo de opinião geral que a proposta apresentada não faz sentido, o documento não foi levado a discussão/debate._____

_____Quanto aos outros pontos agendados, por motivos de urgência, foi posta à votação a discussão do primeiro ponto relacionado com a situação anómala sobre a cobrança das propinas de anos vencidos e proposta de recomendação apresentada pelo conselheiro Luís Freitas, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade._____

_____Sobre o plano de pagamento das propinas dos alunos, o estudante Luís Freitas mostrou a sua discordância em relação ao despacho do Magnífico Reitor sobre o novo plano de pagamento de propinas e o prazo mais alargado, invocando a Lei n.º 37/2003, que define o incumprimento do pagamento das propinas, tendo perguntado se se confirma a irregularidade do que estão a fazer ou se esta é apenas uma forma de arrecadar mais dinheiro._____



_____ A doutora Gilberta Rocha mostrou alguma estranheza ao ter conhecimento da Lei mencionada e ao modo como foi interpretada pelo aluno, tendo referido que, perante outras situações levantadas, existe um conjunto de situações graves que devem ser esclarecidas e devidamente fundamentadas. _____

_____ O Dr. Delmar Bizarro advertiu que este assunto carecia de um parecer jurídico, pois o estudante assume um compromisso com a instituição quando se matricula, não podendo usufruir dos benefícios dados pela instituição caso se recuse a pagar. _____

_____ O doutor Carlos Amaral concordou que os contratos têm termos e os termos são os que são apresentados por ambas as partes. No entanto, referiu que, quando são criadas expectativas aos estudantes, estas são vinculativas e não podem ser cobradas retroativamente. Pela informação que tem, acrescentou, foram os próprios serviços da Universidade que criaram expectativas aos estudantes e, se realmente isto aconteceu, a nova regulamentação não pode ser aplicado retroativamente. _____

_____ Segundo o doutor Tomaz Dentinho, o aluno não se pode esquecer que só paga 20% da sua propina e que os restantes 80% estão a ser cofinanciados pelo Estado. Em relação aos outros alunos que não estão a ser pagos pelo Estado, como os do mestrado, por exemplo, é de opinião de que se deve insistir com o pagamento e não deixar acumular. Salientou ainda que mais grave é haver alunos de doutoramento que estão a fugir para outras universidades, devido a situações desta natureza. _____

_____ Tendo em conta que estas situações carecem de muitos esclarecimentos de caráter administrativo, o doutor Mário Fortuna informou que este assunto não é da competência do Conselho Geral, mas sim do Conselho de Gestão e da própria reitoria. _____

_____ Sobre o assunto, o Magnífico Reitor esclareceu que um aluno ao matricular-se tem obrigações e deveres para com a instituição e uma das obrigações é pagar as propinas. Informou ainda que têm tentado que as dívidas sejam pagas às prestações, para evitar a execução fiscal relativa a propinas, situação que já está a ser aplicada em outras universidades, mas se a execução da dívida não for regularizada a única solução é passar à execução fiscal. _____

_____ O Vice-reitor também referiu que a situação dos atrasos das propinas é muito heterogénea e que a questão que se coloca é melindrosa, não se podendo utilizar um aluno para se ir buscar participação ao Estado, quando este aluno não paga a propina. Esclareceu que, a partir do momento em que são identificadas as situações e em que acertam o plano de pagamento, a situação fica regularizada e, se o aluno aderiu ao plano de pagamento proposto pela Reitoria, pode continuar o seu percurso académico. Quanto ao novo plano de pagamento, esclareceu que foi apresentada uma proposta de pagamento de quinze prestações durante dois anos e que não pode haver mais flexibilidade do que isso, porque se trata de uma dívida ao Estado. _____

_____ Antes de se encerrar este ponto da agenda, o estudante Luís Freitas fez uma recomendação à reitoria, no sentido de ser pedido um parecer jurídico externo, tendo recomendado igualmente ao Conselho Geral que suspendesse o despacho feito pela reitoria relativo à cobrança das propinas. Perante estas recomendações, e tendo em conta a existência de um parecer jurídico elaborado pelos juristas da Universidade, no qual



esteve envolvido, o Dr. Delmar Bizarro propôs ser a Associação de Estudantes a pedir o parecer externo, para ser posteriormente confrontado com o da Universidade. _____

_____ Posta à votação, a discussão do ponto referente à análise das contas da Fundação Gaspar Frutuoso e à proposta de resolução apresentada pelo conselheiro professor Mário Fortuna foi aprovada por unanimidade. _____

_____ Dada a necessidade de se ter a noção da dimensão do valor que está em causa em relação aos projetos que correm o risco de não serem concretizados e que poderão ser transferidos para a Fundação Gaspar Frutuoso, o doutor Mário Fortuna apresentou uma proposta, no sentido de se fazer um levantamento de todas as colaborações dos docentes dentro e fora da Universidade, devendo ser adotado um novo critério que deve ser controlado e autorizado pela reitoria. Caso se mantenham colaborações fora da Universidade, recomendou à reitoria que seja instituída uma nova prática, passando a cobrar/faturar os serviços prestados. Considerando que esta matéria deve ser tratada pela reitoria, sugeriu que o Conselho Geral recomende que tal seja executado pela reitoria a partir de dois mil e treze, criando regras para a execução dos projetos. Sugeriu ainda que a própria Fundação pague renda do espaço que está a utilizar na Universidade, bem como as despesas de manutenção que neste momento estão a ser pagas pela reitoria. _____

_____ Segundo a doutora Gilberta Rocha, existem aspetos que devem ser explicados e há que definir as funções da Fundação. Seria importante fixar um montante que pudesse entrar para a Universidade e ser distribuído pelas diversas unidades orgânicas. Deve atender-se igualmente às situações de docentes da Universidade dos Açores que integram centros de outras instituições e que assim participam nos respetivos projetos e atividades. _____

_____ A doutora Gabriela Queiroz concordou com a proposta apresentada pelo doutor Mário Fortuna, dizendo que se deve fazer um levantamento exaustivo dos projetos, pois sempre foi a favor de que as contas devem ser claras e que a Fundação deveria servir para aligeirar situações que não são possíveis pela Universidade. _____

_____ Apesar de concordar com a proposta de um levantamento exaustivo sobre todos os projetos e prestações de serviços, o doutor Alfredo Borba alertou para o facto de uma grande parte dos projetos terem de ser submetidos automaticamente *online* antes de serem validados pelo Reitor. _____

_____ Tendo em conta a existência de uma grande disparidade de situações existentes na Universidade, o doutor Mário Gata, salientou que esta situação, a ser levada ao extremo, poderá colocar em risco a participação de alguns docentes inseridos em projetos exteriores à Universidade. _____

_____ O doutor Carlos Amaral salientou que o problema da Universidade não é ter investigação/aulas a mais, mas sim a menos, por isso considera que a adoção de regras não pode deixar de atender às especialidades das áreas científicas. _____

_____ Sobre os relatórios e contas da Fundação, o Magnífico Reitor informou que, em anos anteriores, a Fundação sempre contribuiu com um saldo para a Universidade. Enquanto em dois mil e onze apresentava uma posição financeira de 1,5 milhões de euros, em dois mil e doze ronda os 1,9 milhões de euros. No entanto, salientou que uma parte deste montante é despesa consignada, que está afeta aos projetos. Quanto à



proposta do doutor Mário Fortuna, considerou que a Fundação deve ser tratada de forma diferente das outras instituições. Lembrou que na sua candidatura apresentou a teoria/metodologia do *full cost* e que, segundo lhe foi aconselhado, não deveria adotar esta teoria, mas sim em aumentar a taxa de *overheads*. Apesar de concordar com a proposta do doutor Mário Fortuna, refere que se deve aplicar outra metodologia e não a do *full cost*. Referiu que os projetos que a Fundação tem são da FCT, DRCT e Comunidade Europeia e trata-se de projetos que normalmente só recebem uma determinada quantia no início, o que também dificulta a situação da Fundação, devendo ser compensada com prestação de serviços. Está de acordo com a proposta, mas há que adotar a metodologia, evitando o *full cost*.

Levada a votação, a proposta apresentada pelo doutor Mário Fortuna foi aprovada, com oito votos a favor e três abstenções.

O doutor Mário Gata apresentou uma declaração de voto, cuja cópia ficará apensa à ata.

Posta à votação, a discussão do ponto referente à constituição da sociedade unipessoal SAGU foi aprovada por unanimidade.

Tendo em conta que o Departamento de Ciências Agrárias tem sofrido dificuldades em relação à situação da Granja e que a Lei dos Compromissos tem gerado algumas dificuldades em relação às despesas a ela envolvidas, esta proposta vem no sentido de se tentar colmatar as dificuldades sentidas. Neste sentido, o doutor Alfredo Borba explicou que esta proposta irá ter como único sócio a Universidade e que, caso um dia a sociedade se venha a dissolver, todo o património passará automaticamente para a Universidade.

Apesar de considerar que esta sociedade vai facilitar a gestão da Granja, o Dr. Delmar Bizarro alertou para várias situações, entre as quais o facto de a Granja não estar situada num espaço pertencente à Universidade, e a necessidade de se esclarecer a situação dos funcionários, tendo apresentado como solução a cedência a um privado.

Na medida em que se trata de uma solução já ensaiada a nível nacional e dada a importância e a urgência do assunto, o doutor Carlos Amaral considerou que se deve aprovar a proposta na generalidade, devendo depois o assunto ser tratado pela reitoria junto das instâncias adequadas.

Levada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

De seguida, foi submetida à votação a deliberação do Conselho Geral n.º 3/2012, nos seguintes termos:

"O Conselho Geral da Universidade dos Açores aprovou, por unanimidade, a constituição de uma Sociedade Unipessoal, destinada à produção, exploração e gestão agrícola das Estações Experimentais do Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores, situadas na Granja universitária.

Para efeitos de execução imediata, esta deliberação foi aprovada por unanimidade."

Antes de se dar por encerrada a reunião, o Presidente do Conselho Geral auscultou os conselheiros sobre a possibilidade de se proceder à revisão estatutária antes do final do mandato deste conselho, no sentido de o próximo Conselho Geral se reger



pelos novos estatutos. A doutora Gilberta Rocha e o doutor Carlos Amaral responderam que este conselho não se deveria preocupar em relação aos novos membros do Conselho Geral que poderão vir a ser eleitos, tendo o doutor Carlos Amaral acrescentado que, para se proceder a uma revisão estatutária, é fundamental saber se existe alguma proposta concreta, pois, partindo do zero, muito dificilmente este Conselho conseguirá aprovar qualquer proposta de alteração. Referiu ainda ter conhecimento de que a reitoria estaria a preparar uma alteração estatutária. Por consenso e porque os Estatutos o preveem, ficou assente que a Reitoria apresentaria uma proposta global de revisão estatutária.

_____ Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a reunião às dezoito horas e dez minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, irá ser assinada nos termos da Lei. _____

O Presidente do Conselho Geral: